



Tributação das Criptomoedas, em Especial o Bitcoin

Thiago Daniel Rocha C. Alves

¹Estudante do curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UniCesumar.
rochadanieldireito@gmail.com

RESUMO

Introdução: A regulamentação das criptomoedas no Brasil tem avançado lentamente, resultando em um cenário quase desregulamentado que cria insegurança jurídica e dificulta a adoção e expansão das tecnologias de criptoativos no país. A falta de clareza na categorização desses ativos impacta a aplicação do direito tributário, levantando questões sobre tributação e fiscalização de criptomoedas. A necessidade de uma regulamentação mais robusta e eficiente para garantir segurança jurídica e fiscal nas operações com criptomoedas, destacando a evolução do Bitcoin e a importância de adequar o sistema tributário brasileiro às novas realidades econômicas. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo trazer de forma representativa o que são criptomoedas, especialmente Bitcoin, além de ilustrar a história dessa moeda e, por último realizar um estudo jurídico sobre a tributação do Bitcoin no Brasil. Além disso, será abordado o atual cenário de regulamentação das criptomoedas no Brasil, e também, da possibilidade ou não de cobrança de tributos sobre as criptomoedas, em razão da falta de uma regulamentação específica. Por fim, na pesquisa, pretende-se agregar a proposta de necessidade de regulamentação mais esclarecedora e eficaz acerca dos criptoativos, com o propósito de facilitar o entendimento e a interpretação das normas tributárias. **Metodologia:** A metodologia deste estudo baseou-se em uma abordagem exploratória-descritiva para investigar a tributação das criptomoedas no Brasil. Foram analisados artigos acadêmicos, livros e doutrinas relacionadas ao Direito Tributário, *Blockchain* e criptomoedas, além de documentos legais como o Código Tributário Nacional, a Constituição Federal, decretos e instruções normativas. A pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica para contextualizar a evolução histórica das criptomoedas e suas implicações jurídicas. **Resultados:** Os resultados da pesquisa destacam os desafios significativos que o Brasil enfrenta na aplicação de impostos sobre criptomoedas devido à falta de regulamentação específica. O Imposto de Renda (IR) pode ser aplicado aos ganhos de capital provenientes de alienação de criptomoedas, alinhando-se com a definição de acréscimos patrimoniais. Contudo, a falta de regulamentação abrangente gera incertezas sobre como esses tributos devem ser aplicados. O ITCMD poderia incidir sobre a transmissão de criptomoedas por herança ou doação, mas a natureza descentralizada desses ativos dificulta a fiscalização e a aplicação prática. O ICMS não se aplica diretamente às criptomoedas, pois estas não se encaixam na definição de mercadoria ou na operação de circulação conforme prevista pela legislação. Já o ISS poder ser considerado para atividades relacionadas a serviços prestados por *exchanges* e mineradores de criptomoedas, devido à sua função de intermediário e validação de transações. No entanto, o IOF enfrenta dificuldades em sua aplicação, uma vez que as criptomoedas não são claramente categorizadas como moedas estrangeiras, prejudicando a aplicação do imposto sobre operações de câmbio. Além da aplicação dos impostos, a pesquisa revela que a dificuldade em



classificar e fiscalizar os criptoativos impacta negativamente a expansão e a operação dessas tecnologias no Brasil. A Receita Federal reconhece os Bitcoins como ativos financeiros sujeitos ao imposto de renda, mas a ausência de uma regulamentação abrangente continua a gerar incertezas. Em se tratando da inexistência de normas claras para a tributação e fiscalização das criptomoedas, esta dificulta a implementação efetiva de tributos, com o IR, ITCMD e ISS. As tentativas isoladas de regulamentação embora proporcionem algum grau de segurança, ainda não são suficientes para garantir um marco regulatório consistente. O estudo documental e bibliográfica realizada incluiu estudos acadêmicos e legislação pertinentes, permitindo uma visão crítica da literatura e uma comparação com normas jurídicas existentes. Espera-se que a pesquisa contribua para um entendimento claro sobre as criptomoedas e a evolução do Bitcoin, além de fornecer uma visão detalhada sobre a tributação desses ativos no Brasil. A identificação dos principais desafios e a proposição de soluções para a conformidade tributária são essenciais para a segurança jurídica e clareza tanto para investidores quanto para autoridades fiscais. Esta pesquisa também sugere a adaptação das melhores práticas internacionais ao contexto brasileiro, visando uma regulamentação mais eficaz e a integração harmoniosa das criptomoedas no sistema financeiro existente. **Considerações Finais:** A conclusão do estudo evidencia a necessidade urgente de regulamentação específica para as criptomoedas no Brasil, destacando a complexidade e a inovação inerente a esses ativos. No que tange a insegurança jurídica e a ausência de normas claras dificultam a tributação e fiscalização. O estudo sublinha que a falta de regulamentação específica impede a plena integração do Bitcoin e de outras criptomoedas no sistema financeiro brasileiro, aumentando a volatilidade e a incerteza. Assim, os legisladores devem desenvolver um marco regulatório robusto que contemple os aspectos regulatórios de tributação, segurança e conformidade legal, assegurando justiça fiscal e eficiência na arrecadação de impostos. Além disso, a análise destaca que, apesar das inovações trazidas pelas criptomoedas, a aceitação legal e econômica desses ativos enfrenta barreiras significativas. Portanto, a evolução contínua das tecnologias digitais requer adaptações legislativas que equilibrem a inovação e a regulamentação eficaz. As implicações legais e econômicas das criptomoedas demandam atenção contínua para garantir uma transição segura e vantajosa para todos os participantes do mercado.

Palavras-chaves: Criptomoedas; Tributação; Regulamentação